

Processo n.º CPI/6/2025

CONCURSO PÚBLICO

COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

**EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DE “CENTRO
DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM)
DE FELGUEIRAS”**

JUNHO 2025

ÍNDICE

1	Identificação do procedimento	4
2	Entidade adjudicante.....	5
3	Órgão que tomou a decisão de contratar	5
4	Preço base e prazo de execução:	5
5	Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento	6
6	Regras de participação	7
7	Inspeção do local de execução da obra.....	7
8	Documentos que constituem a proposta	8
9	Modo de Apresentação das Propostas.....	12
10	Prazo para apresentação das propostas	13
11	Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas.....	13
12	Prazo da obrigação de manutenção das propostas	13
13	Exclusão das propostas.....	13
14	Critério de adjudicação e modelo de avaliação das propostas	13
15	Leilão eletrónico e negociação das propostas.....	17
16	Preparação da adjudicação	17
17	Notificação da decisão de adjudicação	17
18	Documentos de habilitação	18
19	Modo de apresentação dos documentos de habilitação	20
20	Notificação da apresentação dos documentos de habilitação.....	20
21	Valor da caução e modo de prestação	20
22	Contrato.....	21
23	Proteção de dados.....	21
24	Legislação aplicável	22
25	Anexos	22
	ANEXO II Modelo de Declaração de Habilitação	23

ANEXO III Modelo de Declaração da Proposta	24
ANEXO IV Modelo da Declaração de Princípios.....	25
ANEXO V Modelo de Declaração relativa a Trabalhadores Estrangeiros	26
ANEXO VI Modelo de Declaração relativa à Equipa de Projeto.....	27
ANEXO VII Modelo de Declaração de Coordenador/Autor de Projeto	28
ANEXO VIII Modelo de Guia de Depósito	29
ANEXO IX Modelo de Garantia Bancária	30
ANEXO X Modelo de Seguro-Caução	31

1 Identificação do procedimento

- 1.1 O presente procedimento tem por objeto a adjudicação de proposta para a celebração de contrato de **empreitada de conceção-construção de “CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE FELGUEIRAS”**.
- 1.2 O tipo de procedimento escolhido é o de **concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia**, por aplicação da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
- 1.3 O presente procedimento é elaborado tendo por base as medidas especiais de contratação pública, aprovadas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de Maio, na sua atual redação, designadamente o **regime especial de empreitadas de conceção-construção**, ínsito na alínea e) do artigo 2.º e no artigo 2.º-A, do referido diploma, porquanto o objeto da celebração de contrato destina-se à execução de projeto cofinanciado por fundos europeus, sendo uma operação elegível nas tipologias de ações a ser objeto de candidatura enquadrada no “Plano de Ação dos Investimentos Territoriais Integrados CIM/AM” (ITI CIM/AM) da respetiva NUTS III (Tâmega e Sousa) e integrar o correspondente “Quadro Prioritário de Investimento” (QIP) aprovado pela Autoridade de Gestão, com dotação FEDER alocada.
- 1.4 Em obediência à nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 05 de novembro de 2002, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003 da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento tem as seguintes classificações CPV:
 - a) 45210000-2 (Construção de Edifícios);
 - b) 71240000-2 (Serviços de arquitetura, engenharia e planeamento).
- 1.5 As peças do presente procedimento, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 40.º do CCP, na redação atual, são o anúncio, o programa do procedimento e o caderno de encargos integrado por um programa preliminar.
- 1.6 O procedimento do concurso decorrerá integralmente na **plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov”**, disponibilizada pela ACIN – iCloud Solutions, Lda., através do seu sítio eletrónico (<https://www.acingov.pt>), a qual permite a todos os potenciais interessados, nos termos do disposto no artigo 24.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto, o desenvolvimento total e completo do procedimento pré-contratual, no âmbito de cada uma das fases do procedimento de formação dos contratos públicos.

2 Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o **Município de Felgueiras**, número de identificação fiscal 501091823, com sede na Praça da República, 4610-116 FELGUEIRAS (tel.: +351 255 318 000; endereço URL: www.cm-felgueiras.pt; correio eletrónico: geral@cmfelgueiras.pt).

3 Órgão que tomou a decisão de contratar

3.1 O órgão com competência para a decisão de contratar e para a autorização da despesa do presente procedimento é a **Câmara Municipal de Felgueiras**.

3.2 A dotação orçamental e a assunção do compromisso plurianual da despesa estão previstas, para os anos de 2025 e seguintes, no PPI-2021/I/15 – “CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE FELGUEIRAS”, distribuído da seguinte forma:

2025–	333 321,60 €
2026–	3 000 000,00 €
2027–	2 000 000,00 €

3.3 O órgão competente para prestar esclarecimentos e conduzir o procedimento para a formação do contrato é o **júri** designado pelo órgão competente para a decisão de contratar nos termos dos artigos 67.º e 69.º do CCP, o qual inicia funções no dia útil seguinte ao do envio do anúncio para publicação.

4 Preço base e prazo de execução:

4.1 Ao abrigo do disposto no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, na sua redação atual, e em obediência aos termos do n.º 2 do artigo 46.º-A e do n.º 3 do 47.º, ambos do CCP estipula-se, respetivamente, a **não contratação por lotes**, sendo fixado o **preço base para efeitos de concurso em € 4.999.360,00** (quatro milhões novecentos e noventa e nove mil, trezentos e sessenta euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, decomposto da seguinte forma:

4.1.1 **€ 200.000,00** (duzentos mil euros) corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela **conceção** da obra;

4.1.2 **€ 4.799.360,00 €** (quatro milhões, setecentos e noventa e nove mil, trezentos e sessenta euros) corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela **execução** da obra.

4.1.3 Não são admitidas **propostas variantes**.

4.2 Este preço constitui o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, incluindo topografia e sondagem, conceção, arquitetura, geotecnia e engenharia, licenciamento, aquisição, fornecimento, fabrico, construção, testagem, qualidade, entre todas as outras necessárias à entrega da obra pronta a ser utilizada.

- 4.3 O valor apresentado pelos concorrentes não pode ultrapassar o montante máximo definido como valor base para a conceção da obra e o montante máximo definido como valor base para a execução da obra.
- 4.4 Sem prejuízo do disposto no presente artigo, fica prevista a faculdade de a entidade adjudicante, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, poder **adjudicar uma proposta acima do preço base fixado**, desde que, cumulativamente, se encontrem preenchidos os seguintes pressupostos:
- i. Não esteja verificado qualquer outro fundamento de exclusão além do previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
 - ii. O preço da proposta a adjudicar respeite os limites previstos no n.º 4 do artigo 47.º do CCP, designadamente os limites máximos de autorização de despesa do órgão competente para a decisão de contratar; e
 - iii. A decisão de autorização da despesa habilite ou seja revista no sentido de habilitar a adjudicação por esse preço.
- 4.5 Não se definem critérios para que uma proposta seja considerada de **preço anormalmente baixo**, sem prejuízo do exercício da faculdade que o n.º 2 e seguintes do artigo 71.º do CCP confere ao órgão competente para a decisão de contratar, caso se fundamente.
- 4.6 O adjudicatário obriga-se a executar a totalidade das atividades inerentes à execução do contrato para a execução das prestações de conceção construção **no prazo global de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da data da emissão do visto prévio ou de declaração de conformidade pelo Tribunal de Contas.**
- 4.6.1 A execução do contrato compreende as seguintes fases, bem como os seguintes prazos parcelares:
- i. “Fase da Conceção” - 1 (um) mês para a elaboração do “**Projeto de Execução**”, nos termos descritos na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, após visto do Tribunal de Contas;
 - ii. “Fase da Construção” - 24 (vinte e quatro) meses para a execução da obra, incluindo arranjos exteriores, após aprovação do Projeto de Execução pelo órgão competente.
- 4.6.2 No plano de trabalho da proposta apresentada a concurso são ainda estabelecidos prazos intercalares vinculativos para as seguintes fases da obra:
- i. conclusão das fundações;
 - ii. conclusão da estrutura;
 - iii. conclusão da cobertura e fachadas.

5 Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

- 5.1 Os pedidos de esclarecimentos considerados necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos eventuais erros e omissões das

mesmas devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica de contratação pública “**acinGov**”, através do seu sítio eletrónico (<https://www.acingov.pt>), até às 23h59m do termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.2 Os **esclarecimentos** referidos no número anterior são prestados pelo **júri do concurso**, na mesma plataforma eletrónica, até às 23h59m do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.3 Igualmente no prazo referido no número anterior, o **órgão competente para a decisão de contratar** pronuncia-se sobre os **erros e omissões** identificados pelos interessados, identifica os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

5.4 Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos ou a pronúncia sobre as listas de erros e omissões não possam ser comunicados no prazo referido, os interessados serão notificados desse facto e o prazo para a apresentação das propostas será adequadamente prorrogado nos termos do artigo 64º do CCP.

5.5 Da comunicação aos diretamente interessados dos esclarecimentos, das retificações ou da decisão sobre as listas de erros e omissões juntar-se-á cópia às peças patenteadas do procedimento, sobre as quais prevalecem em caso de divergência, e proceder-se-á à notificação eletrónica a todos os restantes interessados da sua existência e dessa junção.

5.6 Os esclarecimentos, as retificações e as listas de erros e omissões referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada.

6 Regras de participação

6.1 Salvaguardadas as disposições estabelecidas no artigo 13.º da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, na sua redação atual, só podem ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações de impedimento previstas no artigo n.º 55.º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo n.º 55.º-A do mesmo Código.

6.2 Complementarmente ao previsto no número anterior, só podem ser concorrentes as entidades, pessoa singular, coletiva, ou seus agrupamentos, que preencham os requisitos de habilitação constantes do presente programa do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 81.º do CCP.

7 Inspeção do local de execução da obra

7.1 Durante o prazo para apresentação das propostas, os interessados deverão inspecionar o local de execução da obra, por sua conta e risco, e realizar os reconhecimentos, sondagens e exames que entenderem indispensáveis à correta elaboração das suas propostas.

7.2 Para efeito do disposto no número anterior, os interessados devem inteirar-se das condições locais, da existência de quaisquer constrangimentos na envolvente e de fatores condicionantes em

termos de acesso de equipamentos e de materiais aos locais de trabalho, dos espaços disponíveis para a instalação do estaleiro e das necessidades dos trabalhos preliminares, preparatórios ou acessórios.

7.3 Sem prejuízo das informações fornecidas no caderno de encargos e respetivos anexos, entende-se que, com a apresentação da sua proposta, o concorrente procedeu a todas as avaliações para o efeito necessárias, se inteirou localmente das condições de construção, tendo tomado cabal conhecimento do terreno da área de intervenção e da natureza dos respetivos solos, assim como de todos os fatores e circunstâncias relevantes para desenvolvimento integral do objeto do contrato.

8 Documentos que constituem a proposta

8.1 A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 57.º do CCP;
- b) **Declaração de Princípios** elaborada nos termos do Anexo IV do presente programa de procedimento;
- c) Documentos contendo os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - c1 – **Declaração da Proposta** elaborada nos termos do Anexo III do presente programa de procedimento;
 - c2 – **Nota justificativa do preço proposto**, para cada uma das componentes de trabalho – conceção e execução da obra, devendo ainda ser incluída uma nota justificativa do preço, quando este seja inferior a 80%;
 - c3 – **Anteprojeto**, constituído por peças escritas e desenhadas e outros elementos de natureza informativa que permitam a conveniente definição e dimensionamento da obra, esquemas de princípio e outros elementos, em escala apropriada, características principais dos elementos fundamentais da obra, definição geral dos processos de construção e da natureza dos materiais e equipamentos mais significativos, bem como o esclarecimento do modo da sua execução, elaborado em conformidade com as exigências expressas nas peças do procedimento, no Estudo Prévio que integra o caderno de encargos e na Portaria nº255/2023, de 7 de Agosto, assim organizado:
 - c3.1 – No que à **Arquitetura** respeita, incluindo o **Plano de Acessibilidades**, contendo os seguintes elementos:
 - Termo de responsabilidade do técnico autor;

- Memória descritiva e justificativa da solução proposta, focando os aspetos de otimização e inovação em relação ao Estudo Prévio que integra o Caderno de Encargos, nomeadamente os da integração paisagística, da organização funcional (sem alteração do respetivo programa), dos materiais de revestimento e acabamentos e do equipamento e mobiliário fixos propostos, entre outros;
- Plantas, alçados e cortes, em escalas apropriadas, que discriminem a compartimentação e indiquem as áreas, os volumes e as dimensões principais da construção;
- Imagens 3D das propostas apresentadas, com pelo menos 5 imagens do Interior e 5 imagens do exterior;
- Restantes elementos constantes da Portaria n.º 255/2023, de 7 agosto, aplicáveis.

c3.2 – No que às **Especialidades** respeita, incluindo **Estudos e Planos**, contendo os elementos escritos e desenhados previstos na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, e na restante legislação técnica específica aplicáveis a cada uma das especialidades e planos para a fase de anteprojecto, incluindo os termos de responsabilidade dos técnicos autores e responsáveis, a saber:

- Fundações e Estruturas;
- Instalações e Equipamentos de Abastecimento de Água, Drenagem de Esgotos e Águas Pluviais;
- Instalações e Equipamentos Elétricos;
- Instalações e Equipamentos de Telecomunicações;
- Segurança Contra Incêndios;
- Sistemas de Segurança Integrada;
- Instalações e Equipamentos Mecânicos de AVAC, incluindo fotovoltaicos;
- Instalações de Transporte de Pessoas e Cargas;
- Gestão Técnica Centralizada;
- Estudo do Comportamento Térmico;
- Pré-certificado Energético do Edifício em versão provisória, evidenciando o enquadramento do edifício como **NZEB20** (necessidades de energia primária pelo menos inferiores em 20 % ao padrão NZEB);
- Instalações e Equipamentos de Gás;
- Estudo do Comportamento Acústico;
- Arranjos Exteriores;
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
- Plano de Segurança e Saúde em fase de anteprojecto que se propõe desenvolver na obra.

c4 – **Programa Geral dos Trabalhos**, que deverá conter os seguintes elementos:

- **Sistemas e processos de construção (memória descritiva e justificativa)** adotados para a execução da empreitada, que incluirá a identificação e descrição das diversas frentes de trabalho, sua natureza e interligação, a caracterização das interdependências e encadeamentos das diferentes atividades, as características técnicas e funcionais dos materiais, elementos de construção, mobiliários e equipamentos e, em geral, todos os elementos necessários para demonstrar a garantia da integração dos **requisitos ecológicos (DNSH e climáticos/ambientais)**, nomeadamente no que se refere às necessidades globais de energia, à proteção do ambiente no local, à qualidade do ar interior, à acessibilidade, à flexibilidade de utilização, ao recurso a fontes de energia renováveis, assim como à produção de resíduos e ao ruído durante a construção, nos objetivos da empreitada, no prazo global definido;
- **Plano de trabalhos**, respeitando o definido no artigo 361.º do CCP, abrangendo as prestações de conceção sob responsabilidade do empreiteiro, elaborado em diagrama de barras, definindo com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência das atividades, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho¹, distinguindo as fases e os respetivos **prazos parcelares e intercalares que se consideram vinculativos**, o seu caminho crítico, sendo o mês a unidade de tempo que serve de base à programação;
- **Plano de pessoal** para a execução dos trabalhos, respetivas qualificações e experiência, em conformidade com o plano de trabalhos, com indicação da distribuição dos meios pelas atividades² e das cargas a afetar por especialidade e total mensal;
- **Plano de equipamentos** para a execução dos trabalhos, em conformidade com o plano de trabalhos, com indicação da distribuição dos meios pelas atividades³ e das cargas a afetar por especialidade e total mensal;
- **Cronograma financeiro**, seguindo a distribuição e a unidade de tempo indicada para o plano de trabalhos, e o respetivo **plano de pagamentos**:
 - **Cronograma financeiro.** Quando o caderno de encargos seja integrado por um projeto de execução, contendo um resumo dos valores globais

¹ Entende-se por “espécies de trabalho” cada um dos artigos do mapa de quantidades

² Entende-se por “atividades” cada um dos artigos do mapa de quantidades

³ Entende-se por “atividades” cada um dos artigos do mapa de quantidades

correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços;

- **Um plano de pagamentos**, tal como definido no artigo 361.º - A do CCP - O plano de pagamentos contém a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor de cada uma das espécies de trabalhos a realizar pelo empreiteiro⁴, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos a que diga respeito);
- **Documento demonstrativo da estrutura de custos do trabalho**, tal como definido no artigo 57.º-A do CCP, de cada uma das espécies de trabalhos⁵ a realizar pelo empreiteiro e decomposto pelas variáveis Mão de obra, Máquinas/equipamentos e Materiais (no ato de submissão da proposta deverá definir este documento como classificado, a fim de se mostrar confidencial);
- **Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (Informação técnica)**, descrevendo a forma como o proponente pretende implementar, explicitando os aspetos considerados pertinentes, os Planos de Segurança e Saúde e de Gestão Ambiental, assim como a Qualidade, em obra e estaleiro, demonstrando a sua adequação aos métodos e processos construtivos que se propõe utilizar para execução dos diversos trabalhos da empreitada, com enfoque na **abordagem CPE** (critérios ecológicos).

c5 – **Lista dos preços unitários**, em formato editável e não editável, de todas as espécies de trabalho previstas, subdividida em:

- Conceção da obra, nomeadamente os de elaboração dos projetos de execução de Arquitetura e de Especialidades, Estudos e Planos, de licenciamento ou certificação, e de assistência técnica;
- Execução da obra, em conformidade com o Anteprojeto, devendo referir a natureza e quantidades de todos os trabalhos necessários, incluindo os de estaleiro (desdobrados em montagem, operação e desmontagem), respeitando no ordenamento geral os mapas de quantidades de trabalho de cada especialidade, especificando qual a sua correspondência com as subcategorias e classes respetivas do alvará (ou certificado) de empreiteiro de obras públicas de que o concorrente é detentor.

d) **Certidão Permanente** da empresa concorrente.

⁴ Entende-se por “espécies” cada um dos artigos do mapa de quantidades

⁵ Entende-se por “espécies” cada um dos artigos do mapa de quantidades

e) Os proponentes poderão ainda instruir as propostas com quaisquer outros elementos técnicos que julguem úteis para o completo esclarecimento das mesmas, nomeadamente elementos que indiquem condições especiais de execução da empreitada e **obrigações adicionais, nomeadamente ecológicas**, que pretendam assumir de modo a garantir a mais adequada execução e progressão dos trabalhos, não devendo, em caso algum, esses elementos contrariar o estipulado nas peças do procedimento.

8.2 A declaração referida na alínea a) do n.º 8.1, bem como todos os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados pelo concorrente ou pelo(s) representante(s) que tenha(m) poderes para o obrigar.

8.3 Quando se trate de um **agrupamento concorrente**, os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que terão de ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.

8.4 No caso de o concorrente ser um agrupamento, deve ser apresentado, para cada membro, o DEUCP.

8.5 Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

8.6 Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos da proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

9 Modo de Apresentação das Propostas

9.1 Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública “**acinGov**”, através do seu sítio eletrónico (<https://www.acingov.pt>), nos termos do n.º 1 do artigo 62.º do CCP.

9.2 Todos os documentos devem ser individualmente assinados com recurso a **assinatura eletrónica qualificada**, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão da proposta.

9.3 No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica qualificada deve ser aposta em conformidade com o estabelecido no n.º 8.3 do presente programa de procedimento.

10 Prazo para apresentação das propostas

10.1 As propostas serão entregues até às **23h59m horas do 60.º dia** (incluindo na contagem sábados, domingos e feriados), sendo este prazo contado a partir do dia do envio para publicação no *Diário da República* do anúncio do presente concurso.

11 Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas

11.1 O prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado nas situações e nos termos previstos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.

12 Prazo da obrigação de manutenção das propostas

12.1 Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **120 dias**, contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

13 Exclusão das propostas

13.1 Além dos motivos de exclusão previstos no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP, constitui também motivo de exclusão das propostas:

- a) A não apresentação de qualquer dos documentos previstos na alínea c.1) do n.º 8.1 do presente programa de procedimento;

14 Critério de adjudicação e modelo de avaliação das propostas

14.1 O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade **multifator**, densificado por fatores e subfactores correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.

14.2 A metodologia do **modelo de avaliação** adotado é a seguinte:

- a) A avaliação das propostas será efetuada nos termos do disposto no artigo 139.º do CCP, e assenta em dois fatores:
 - a1 – **Fator “Qualidade Técnica” (FQT)**, cujo coeficiente de ponderação é de 40%.
 - a2 – **Fator “Preço” (FP)**, cujo coeficiente de ponderação é de 60%.
- b) A pontuação global de cada proposta, que será expressa numericamente, resultará da aplicação de um modelo aditivo simples de agregação das pontuações parciais obtidas em cada um dos fatores, tendo em conta os coeficientes de ponderação respetivos.
- c) A pontuação global da proposta, assim como as parciais em cada um dos fatores, poderá variar entre 1 e 100 pontos.
- d) A pontuação parcial do Fator “Qualidade Técnica” (FQT), que é desagregado em subfactores, resultará da aplicação de um mesmo modelo aditivo de agregação das pontuações parciais

obtidas em cada um dos subfatores, tendo em conta os coeficientes de ponderação respetivos.

- e) A pontuação parcial do Fator “Preço” (FP), que não é desagregado em subfactores, é obtida por expressão matemática.
- f) A pontuação parcial do Fator “Qualidade Técnica” (FQT) representa a avaliação do mérito da resposta técnica da proposta, sendo determinada em função do grau de conformidade do Anteprojeto que integra a proposta ao programa funcional do Estudo Prévio que faz parte do caderno de encargos, e da adequabilidade do Programa Geral dos Trabalhos proposto ao nível pretendido para a execução da obra e respetivos requisitos ecológicos, materializado na pontuação obtida em cada um dos 2 subfatores em que se desagrega, respetivamente:
- f1 – **Subfator “Conformidade do Anteprojeto com o programa preliminar” (SfAP)**, a que se atribui uma subponderação de 80%.
- f2 – **Subfator “Adequabilidade do Programa Geral dos Trabalhos” (SfPGT)**, a que se atribui uma subponderação de 20%;
- g) O Subfactor **SfAP** é decomposto em **7 parcelas APi** correspondentes a cada uma das áreas que o Anteprojeto da proposta deve contemplar, com valores de ponderação distintos em função da relevância de cada uma.
- h) O Subfactor **SfPGT** é decomposto em **2 parcelas PGTi** correspondentes aos documentos que o Programa Geral dos Trabalhos da proposta deve integrar, com valores de ponderação atribuídos a cada uma.
- i) A cada uma das parcelas dos Subfatores **SfAP** e **SfPGT** é atribuída uma pontuação em função da **escala de avaliação** que for atribuída à desenvoltura da respetiva resposta técnica.
- j) As parcelas em que se decompõem os Subfatores **SfAP** e **SfPGT** e a escala de avaliação a aplicar constam na tabela seguinte:

Subfactores / Parcelas	Ponderação		Escala de avaliação	Resposta Técnica	Pontuação a atribuir
Conformidade do Anteprojecto com o programa funcional do Estudo Prévio – APi:			Muito bom	Responde com excelência, otimizando soluções, superando muito os requisitos ecológicos mínimos, fundamentando e sustentando corretamente a proposta	100
1. Arquitetura	25%				
2. Fundações e Estruturas	22%		Bom	Responde corretamente, assegurando os requisitos ecológicos mínimos, fundamentando e sustentando a proposta	75
3. Instalações e Equipamentos de Abastecimento de Água, Drenagem de Esgotos e de Águas Pluviais	5%				

4. Instalações e Equipamentos Mecânicos de AVAC, incluindo fotovoltaicos	7%			
5. Estudo do Comportamento Térmico	6%			
6. Estudo do Comportamento Acústico	6%			
7. Arranjos Exteriores	9%			
Σ	80%			
Adequabilidade do Programa Geral dos Trabalhos – PGTj:				
1. Sistemas e processos de construção	15%			
2. Plano de trabalhos / de pessoal / de equipamentos	5%			
Σ	20%			
		Suficiente	Apresenta algumas incorreções e omissões, nomeadamente nos requisitos ecológicos, mas não induz perda de credibilidade da proposta	50
		Insuficiente	Não responde adequadamente em alguns requisitos, nomeadamente nos ecológicos, revelando insuficiência na fundamentação e sustentação da proposta	25
		Não cumpre	Não responde adequadamente, ignorando os requisitos ecológicos, não fundamentando nem sustentando minimamente a proposta	1

- k) A **pontuação atribuída ao Fator “Qualidade Técnica” (FQT)** será obtida através da seguinte expressão matemática, arredondada à segunda casa decimal:

$$PFQT = \sum_{i=1}^7 PAP_i * Pond^{(i)} + \sum_{j=1}^2 PPGT_j * Pond(j)$$

em que,

PFQT – Pontuação do Fator Qualidade Técnica

PAP_i – Pontuação atribuída a cada parcela do Subfator “Conformidade do Anteprojeto com o programa preliminar” (SfAP)

Pond (i) – Ponderação de cada parcela do Subfator “Conformidade do Anteprojeto com o programa preliminar” (SfAP)

PPGT_j – Pontuação atribuída a cada parcela do Subfator “Adequabilidade do Programa Geral dos Trabalhos” (SfPGT)

Pond (j) – Ponderação de cada parcela do Subfator “Adequabilidade do Programa Geral dos Trabalhos” (SfPGT);

- l) A **pontuação parcial do Fator “Preço” (FP)** representa o mérito económico do preço da proposta em face do preço base estabelecido, sendo determinada em função de uma razão inversa ao seu valor.
- m) A **pontuação atribuída ao Fator “Preço” (FP)** será obtida através da seguinte expressão matemática, arredondada à segunda casa decimal:

$$PFP = \frac{P_{base} * 1,45 - P_p * 1,10}{P_{base}} * 100$$

em que,

PFP – Pontuação do Fator Preço

Pbase – Preço base global

Pp – Preço da proposta a avaliar;

- n) A **pontuação final** da proposta será atribuída de acordo com a seguinte fórmula, arredondada à segunda casa decimal:

$$PF = 0,40 PFQT + 0,60 PFP$$

em que,

PF – Pontuação Final da Proposta

PFQT – Pontuação do Fator Qualidade Técnica

PFP – Pontuação do Fator Preço;

- o) A **ordenação das propostas** será feita por ordem decrescente do valor da respetiva pontuação final, sendo a proposta melhor classificada a que obtiver a maior pontuação final, e assim sucessivamente.

14.3 Quando, decorrente da aplicação do critério de adjudicação adotado, se verificar **empate** na pontuação das propostas melhores classificadas, o desempate é feito classificando em primeiro lugar a proposta que apresente a maior pontuação parcial em:

- i. Fator “Preço” (FP) e, se o empate se continuar a verificar, em;
- ii. Subfator “Conformidade do Anteprojeto com o programa preliminar” (**SfAP**) e, se ainda persistir o empate, em:
- iii. Parcela “AP1 – Arquitetura” do Subfator “Conformidade do Anteprojeto com o programa preliminar” (**SfAP**).

14.3.1 Se, mesmo assim, o empate se mantiver, o desempate é feito por **sorteio** realizado pelo júri do concurso, em sessão pública, para a qual serão notificados, da data, hora e local, os representantes de cada um dos concorrentes, devidamente credenciados, embora a sua não comparência não prejudique a realização daquele.

14.3.1.1 Os concorrentes com propostas empatadas participam no sorteio, que decorrerá da seguinte forma:

- i. Sorteio - serão colocados num envelope subscritos com o nome de cada concorrente empatado.
- ii. Retirada do subscrito - será designado, por unanimidade, pelos membros do júri e os concorrentes convocados.

- iii. Vencedor do sorteio - o 1.º subscrito retirado será classificado em 1.º lugar na lista de ordenação final das propostas.
- iv. Ordenação das restantes posições - se se verificar mais que dois concorrentes empatados, a ordenação das propostas, para além do 1.º lugar, far-se-á também por sorteio, sendo atribuído o 2.º lugar ao concorrente do subscrito retirado em segundo lugar, e assim sucessivamente.

14.3.1.2 No final do sorteio, será redigida uma ata, que será assinada por todos os intervenientes.

14.4 No caso de a entidade adjudicante exercer a faculdade prevista no n.º 4.4 do presente programa de procedimento, mantém-se o critério de adjudicação adotado, observando-se a metodologia do modelo de avaliação estabelecido neste n.º 14 para a avaliação e a ordenação das propostas resgatadas.

15 Leilão eletrónico e negociação das propostas

15.1 Não é aplicável ao presente programa de procedimento.

16 Preparação da adjudicação

16.1 Analisadas as propostas, e após a aplicação dos critérios de adjudicação constantes do n.º 14 do presente programa de procedimento, o júri do concurso elabora um **relatório preliminar** fundamentado, no qual proporá a ordenação das mesmas, bem como as que se propõe excluir, nos termos previstas nos n.º 2 e n.º 3 do artigo 146.º do CCP, fazendo referência a eventuais esclarecimentos prestados nos termos do artigo 72.º do mesmo diploma legal, procedendo de seguida à **audiência prévia**, sendo fixado o **prazo de 10 dias** para a pronúncia dos concorrentes.

16.2 Cumprida a audiência prévia, o júri do concurso elabora um **relatório final** fundamentado e envia-o, juntamente com os demais documentos que compõem o processo do concurso, ao órgão competente para a decisão de contratar.

16.3 No caso de resultar das respetivas análises a exclusão de todas as propostas concorrentes, o órgão competente para a decisão de contratar pode deliberar, desde que se encontrem preenchidos todos os pressupostos previstos no n.º 4.4 do presente programa de procedimento, adjudicar a proposta que, de entre as excluídas com fundamento único na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, fique ordenada em primeiro lugar, aplicado que seja o critério de adjudicação tal como se encontra previsto no n.º 14.4 deste mesmo programa de procedimento.

17 Notificação da decisão de adjudicação

17.1 A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, nos termos do disposto do artigo 77.º do CCP, sendo acompanhada do relatório final de análise das propostas.

18 Documentos de habilitação

18.1 No prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação, em conformidade com o artigo 81.º do CCP e as regras estabelecidas na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro:

- a) **Declaração** conforme o modelo do **Anexo II do CCP**, cuja redação consta do Anexo II ao presente programa de procedimento;
- b) **Documentos** comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
- c) **Documento** comprovativo da submissão da declaração efetuada no **Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE)** ou documento equivalente emitido no Estado em que seja nacional ou em que se situe o seu estabelecimento principal;
- d) **Declaração** relativa a **trabalhadores estrangeiros**, nos termos do Anexo V ao presente programa de procedimento;
- e) **Declaração** com a identificação dos elementos da **equipa de projeto** elaborada nos termos do Anexo VI;
- f) **Declaração** de cada um dos elementos da equipa de projeto comprovativa da posse das **qualificações** exigíveis, e de **responsabilidade** pelo desempenho das funções no âmbito das prestações objeto do contrato, de acordo e para os fins do n.º 2 do artigo 22º e do n.º 1 do artigo 23º, respetivamente, ambos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, conforme o modelo do Anexo VII do presente programa de procedimento;
- g) **Documento comprovativo da titularidade de alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas** concedidos pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I.P.), contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar, a seguir indicadas:
 - i. 1.ª subcategoria da 1.ª categoria, em classe que cubra o valor global da proposta; ii. 2.ª subcategoria da 1.ª categoria, em classe que cubra o valor dos trabalhos respetivos, caso a opção estrutural do anteprojecto o justifique;
 - iii. 4.ª, 5.ª, 6.ª e 8.ª subcategorias da 1.ª categoria, em classe que cubra o valor dos trabalhos respetivos;
 - iv. 5.ª, 9.ª, 12.ª, 14.ª e 19.ª subcategorias da 4.ª categoria, em classe que cubra o valor dos trabalhos respetivos;
 - v. 4.ª subcategoria da 5.ª categoria, em classe que cubra o valor dos trabalhos respetivos, caso a opção de fundações do anteprojecto o justifique.
- h) **Declaração** que explicita qual o agrupamento de trabalhos a efetuar em cada uma das subcategorias exigidas e o respetivo valor, em conformidade com a proposta adjudicada;

- i) **Declaração** que identifique o **diretor técnico da empreitada**, acompanhada do certificado válido de habilitação profissional, adequado à obra em causa;
- j) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se o adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa;

18.2 Para efeitos da verificação das habilitações referidas na alínea g) do número anterior, o adjudicatário pode apresentar alvarás ou certificados de empreiteiro de obras públicas de **subcontratados**, desde que acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

18.3 O adjudicatário, ou algum subcontratado nos moldes do número anterior, **não estabelecido em território nacional**, mas legalmente estabelecido em Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio, que não seja titular do alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas referidos nos n.ºs 18.1, alínea g) e 18.2, consoante o caso, deve apresentar:

- a) declaração emitida pelo IMPIC, I. P., comprovativa de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um certificado de empreiteiro de obras públicas contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar;
- b) documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas no país de origem para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

18.4 Quando o adjudicatário for um **agrupamento** de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos nas alíneas a), b), c), d), g) e j) do n.º 18.1 do presente programa de procedimento, devem ser apresentados por todos os seus membros.

18.5 Todos os membros do agrupamento concorrente que exerçam a atividade da construção devem ser titulares de alvará ou certificado emitido pelo IMPIC, I. P., devendo a empresa de construção responsável pela obra ser detentora de habilitação contendo subcategoria em classe que cubra o valor global daquela, respeitante aos trabalhos mais expressivos da mesma, sem prejuízo da exigência de habilitação noutras classes e subcategorias relativas às restantes obras e trabalhos a executar.

18.6 É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no n.º 18.3 do presente programa de procedimento.

18.7 Os membros do agrupamento adjudicatário deverão associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

19 Modo de apresentação dos documentos de habilitação

- 19.1 Os documentos de habilitação referidos no n.º 18 do presente programa de procedimento, são apresentados através plataforma eletrónica de contratação pública “**acinGov**”, através do seu sítio eletrónico (<https://www.acingov.pt>), nos termos do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
- 19.2 Os documentos de habilitação devem ser redigidos em **língua portuguesa** ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a respetiva prevalência sobre os originais.
- 19.3 O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser **prorrogado**, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.
- 19.4 Caso se verifique algum facto que determine a **caducidade da adjudicação** nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

20 Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

- 20.1 O órgão competente para a decisão de contratar notificará em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
- 20.2 Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados para consulta de todos os concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública “**acinGov**”, através do seu sítio eletrónico (<https://www.acingov.pt>).

21 Valor da caução e modo de prestação

- 21.1 Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma **caução** correspondente a **5% (cinco por cento)** do preço contratual, no prazo de **10 (dez) dias**, nos termos do artigo 90.º do CCP.
- 21.2 A caução é prestada:
- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante, nos termos do modelo constante do Anexo VIII do presente programa;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do Anexo IX e Anexo X do presente programa de procedimento.

- 21.3 Para **reforço da caução** prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a **5% (cinco por cento)** desse pagamento.
- 21.4 A dedução prevista no número anterior pode ser substituída por títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, por garantia bancária à primeira solicitação ou por seguro caução, nos mesmos termos estabelecidos para a caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.
- 21.5 Todas as despesas relativas à prestação de caução são da responsabilidade do adjudicatário.

22 Contrato

- 22.1 À celebração do contrato são aplicáveis as disposições constantes dos artigos 94.º a 106.º do CCP.

23 Proteção de dados

- 23.1 Nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 6.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), e exclusivamente para efeitos do presente procedimento e do cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja adstrito, a entidade adjudicante poderá tratar dados pessoais, nomeadamente de identificação e informação relativa ao registo criminal relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.
- 23.2 Os concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus órgãos sociais representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pela entidade adjudicante, em cumprimento do direito à informação.
- 23.3 Os dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados logo que cesse a obrigação, legal ou contratual, de conservá-los.
- 23.4 O adjudicatário e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto no RGPD, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros.
- 23.5 As obrigações previstas neste número são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

23.6 Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de apagar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer cópias existentes.

24 Legislação aplicável

24.1 Em tudo o omissa no presente programa de procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e restante legislação aplicável em vigor.

25 Anexos

25.1 A O presente programa do procedimento contém os seguintes anexos:

- a) Anexo II - Modelo de Declaração de Habilitação;
- b) Anexo III - Modelo de Declaração da Proposta;
- c) Anexo IV - Modelo da Declaração de Princípios;
- d) Anexo V - Modelo de Declaração relativa a Trabalhadores Estrangeiros;
- e) Anexo VI - Modelo de Declaração relativa à Equipa de Projeto;
- f) Anexo VII- Modelo de Declaração de Coordenador/Autor de Projeto;
- g) Anexo VIII - Modelo de Guia de Depósito;
- h) Anexo IX - Modelo de Garantia Bancária;
- i) Anexo X - Modelo de Seguro-Caução.

ANEXO II Modelo de Declaração de Habilitação

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) da empreitada de conceção-construção do “CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE FELGUEIRAS”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante, junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO III Modelo de Declaração da Proposta

(a que se refere a alínea c1) do n.º 8.1 do presente Programa do Procedimento)

..... (nome(s), números de identificação e morada(s) profissional(is)), na qualidade de representante(s) legal(is) de (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), titular(es) do(s) alvarás (ou, se for o caso, do(s) certificado(s) de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado) (indicar o(s) número(s)), contendo as habilitações (indicar natureza e classe), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do Concurso Público da empreitada de conceção-construção do “CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE FELGUEIRAS”, a que se refere o anúncio n.º, datado de de de 20...., declara(m), sob compromisso de honra, que a(s) sua(s) representada(s) se obriga(m) a cumprir todas as prestações do contrato a celebrar para a execução dos trabalhos que constituem esta empreitada, em conformidade com as peças do procedimento respetivo e com a proposta apresentada, no prazo e pelo preço seguintes:

- a) no prazo global de (por extenso) dias contínuos, incluindo sábados, domingos e feriados, assim parcelado:
 - ii. (por extenso) dias para a conceção da obra; iii. (por extenso) dias para a execução da obra.
- b) Pelo preço global de € (por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante, assim decomposto:
 - i.€ (por extenso) dias para a conceção da obra; ii.€ (por extenso) dias para a execução da obra.

A percentagem de lucro fixada para a presente empreitada é de% (por extenso). Na presente proposta já se encontra incluído o valor dos erros e omissões aprovados. (se aplicável)

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data

Assinatura(s)

ANEXO IV Modelo da Declaração de Princípios

(a que se refere a alínea b) do n.º 8.1 do presente Programa do Procedimento)

..... (nome(s), números de identificação e morada(s) profissional(is)), na qualidade de representante(s) legal(is) de (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do Concurso Público da empreitada de conceção-construção do “CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE FELGUEIRAS”, a que se refere o anúncio n.º, datado de de de 20....., declara(m), sob compromisso de honra, para efeitos do n.º 2 do artigo 1.º-A do CCP, que a(s) sua(s) representada(s) respeitam as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

Data

Assinatura(s)

ANEXO V Modelo de Declaração relativa a Trabalhadores Estrangeiros

(a que se refere o n.º 6 do artigo 198.º-A da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho)

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) da empreitada de conceção-construção do “CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE FELGUEIRAS”, declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 198.º-A da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na sua redação atual, que a sua representada (2) cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores estrangeiros a utilizar na referida empreitada.

... (local), ... (data), ... [assinatura (3)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VI Modelo de Declaração relativa à Equipa de Projeto

(a que se refere a alínea e) do n.º 19.1 do presente Programa do Procedimento)

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) da empreitada de conceção-construção do “CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE FELGUEIRAS”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) afetará às prestações contratuais de conceção a seguinte equipa de projeto:

Projeto	Projetista(s)	
	Nome(s)	Ordem Profissional / N.º de Inscrição
0. Coordenador		
1. Arquitetura, incluindo Plano de Acessibilidades e Sinalética		
2. Fundações e Estruturas, incluindo Escavações e Contenção Periférica		
3. Instalações e Equipamentos de Abastecimento de Água, Drenagem de Esgotos e de Águas Pluviais		
4. Instalações e Equipamentos Elétricos		
5. Instalações e Equipamentos de Telecomunicações		
6. Segurança Contra Incêndio		
7. Sistemas de Segurança Integrada		
8. Instalações e Equipamentos Mecânicos de AVAC, incluindo Produção de Energia Fotovoltaica e de Água Quente Sanitária		
9. Instalações e Equipamentos Eletromecânicos de Transporte de Pessoas e Cargas		
10. Gestão Técnica Centralizada		
11. Conforto Térmico		
12. Pré-certificado Energético do Edifício		
13. Instalações e Equipamentos de Gás		
14. Condicionamento Acústico		
15. Arranjos Exteriores		
16. Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição		
7. Plano de Segurança e Saúde em Fase de Projeto		

... (local), ... (data), ... [assinatura (3)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VII Modelo de Declaração de Coordenador/Autor de Projeto

(a que se refere a alínea f) do n.º 19.1 do presente Programa do Procedimento)

..... (nome, número de documento de identificação e morada), inscrito na [associação ou ordem profissional], com o n.º, na qualidade de [coordenador/autor do projeto que elabora],
concernente às prestações contratuais de conceção da empreitada de conceção-construção do
“CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE FELGUEIRAS”, declara, sob
compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 22º e do n.º 1 do artigo 23º,
respetivamente, ambos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, que possui as
qualificações exigíveis, conforme comprovativo junto, e se responsabiliza pelo cumprimento dos
deveres inerentes às funções que se propõe exercer.

... (local), ... (data), ... [assinatura (1)].

(1) Assinatura qualificada através do Sistema Eletrónico de Reconhecimento de Atributos Profissionais.

ANEXO VIII Modelo de Guia de Depósito

Euros: ... €

Vai, com sede, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, depositar na (sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia deEuros... (..... euros), (em dinheiro ou representada por)....., como caução exigida ao adjudicatário do concurso público da “Empreitada de conceção-construção do “CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE FELGUEIRAS”, para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem do Município de Felgueiras, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data:,

Assinatura:

ANEXO IX Modelo de Garantia Bancária

Garantia Bancária n.º

Beneficiário: Município de Felgueiras

O Banco, com sede em, em nome e a pedido da sociedade, com sede em, Pessoa Coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, como adjudicatário do concurso público da “Empreitada de conceção-construção do “CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE FELGUEIRAS” que vai ser formalizado por contrato, presta, pelo presente documento, uma garantia bancária de pagamento à primeira solicitação, sem quaisquer reservas, no valor de €..... (por extenso), a título de caução conforme o exigido nas peças do procedimento por quaisquer quantias que venham a ser reclamadas, sem averiguar dos motivos do pedido, nem considerar os respetivos fundamentos nem qualquer objeção do garantido.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável. Com efeito, a presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Felgueiras, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer custos de manutenção associados. No prazo máximo de 5 (cinco) dias, após notificação para o efeito efetuada pelo Município de Felgueiras, deverá esta instituição proceder ao pagamento das quantias devidas, não podendo opor qualquer reclamação de direito ou de facto ou por qualquer forma questionar a justeza ou conformidade do pedido ou a sua conformidade com o disposto no Contrato, ou em quaisquer documentos do Concurso.

A presente garantia é válida a partir da data da sua emissão até ao cumprimento cabal e definitivo de todas as obrigações do Adjudicatário, o que deverá ser comunicado a esta instituição pelo Município de Felgueiras.

A presente garantia rege-se pela legislação portuguesa.

Data:,

Banco:

ANEXO X Modelo de Seguro-Caução

A companhia de seguros ..., com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ... , com o capital social de ... , presta a favor do Município de Felgueiras e ao abrigo de contrato de um seguro-caução celebrado com ... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela o Município de Felgueiras vai outorgar e que tem por objeto a “Empreitada de conceção-construção do “CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL MUNICIPAL (CCOM) DE FELGUEIRAS”, regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do Município de Felgueiras sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato. A companhia de seguros não pode opor ao Município de Felgueiras quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro. A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

Data.

Assinaturas.